Aos Excelentíssimos Senhores:

Deputado Federal Arthur Lira – Presidente da Câmara dos Deputados

Deputada Federal Tereza Nelma – Líder da Bancada Federal de Alagoas

Governador Renan Filho - Estado de Alagoas

Deputado Estadual Marcelo Victor - Presidente da Assembleia Legislativa de AL

Prefeito João Henrique Caldas - Município de Maceió

Vereador Galba Novaes Netto – Presidente da Câmara de Vereadores de Maceió

Líderes dos Setores Produtivo, Comercial e de Serviços do Estado de Alagoas

NOTA DE REPÚDIO

O Porto de Maceió é uma instituição pública federal e seus 80 anos de história estão fortemente presentes na formação e no desenvolvimento econômico do Estado de Alagoas.

Todavia, mesmo sendo o único porto público do estado, por onde são exportadas todas as safras de açúcar alagoano, além da movimentação de tantas outras importantes mercadorias, há 30 anos, pasmem, se aguarda por uma solução capaz de pôr fim à estranha e constrangedora subordinação do Porto de Maceió a outra entidade portuária congênere, sediada na capital do Rio Grande do Norte.

Até hoje, por incrível que pareça, quem comanda o Porto de Maceió é nomeado em Natal-RN, e, sobretudo agora, trabalha-se intensamente para concentrar nossos negócios, nossas decisões estratégicas, nossos projetos de desenvolvimento e nossos recursos financeiros na dita matriz, a quase 600 km daqui. Uma afronta inominável à nossa capacidade decisória e à própria soberania de Alagoas.

Sem que uma voz ativa sequer tenha se levantado, até então, para extirpar essa verdadeira excrescência organizacional, concebida em 1990, de nossa realidade, diversas categorias de trabalhadores e demais usuários do Porto de Maceió assistem, perplexas, neste momento, a uma sucessão de equívocos gerenciais, calcados em posturas anacrônicas, que têm rendido lamentáveis matérias na mídia local, por força da violação de pressupostos sanitários e ambientais de triste repercussão.

Portanto, já está mais do que na hora de se devolver, jurídica e politicamente, o Porto de Maceió aos alagoanos. Não precisamos da permanência de tutores, mensageiros ou de amigos do rei para nos dizer o que fazer ou nos cobrar resultados. O tratamento colonial que nos querem impor, e agora de forma definitiva, é degradante demais e totalmente incompatível com as reais necessidades da economia do Estado de Alagons.

de Alagoas.

Necessitamos, isso sim, de autonomia, de profissionalismo, de compromisso e respeito no trato de nossos legítimos interesses, nossos empregos e de nosso patrimônio público construído ao longo de anos de lutas e sacrifícios compartilhados, em diferentes matizes, por todo o povo alagoano.

Decididamente, não temos nenhuma vocação para assumir de vez o papel de colônia portuária potiguar. Dispensamos, também, o inusitado status legal de porto subordinado ou de porto de segunda linha.

E, a propósito, após três décadas no aguardo de um modelo institucional adequado, precisamos, almejamos e merecemos bem mais do que isso!

Maceió, 9 de abril de 2021.

ONCO MUNICIPALITATION

Cinnal do Mido Vosto A O V O G = 0 O CPF 310,080,824 12 - CAB - 41 N. + 4.238

511051

PRESIDENTE DE CTR.40

Japson Levino Silva Presidente SINOPORT/AL Sindicyte der Estivadores po Estadorije Alaghan

Syenss Fernande des Santes Costa

Sind des Arrumadores no Est. de AL

Geraldo Malias da Silva

SINDÁNEAL SINDIGATO DAS AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA DEPENADORES PORTUANOS DO ESTADO DE ALAGOA:

Andre Luiz Macena de Lima